

ACÓRDÃO Nº 033424/2024-PLEN

1 PROCESSO: 261608-5/2023

2 NATUREZA: REPRESENTAÇÃO

3 INTERESSADO: 1ªCAP - COORD DE AUD EM AD E GEST.DE PES

4 ÓRGÃO JURISDICIONADO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ

5 RELATOR: MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO

6 REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO

8 ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **REPRESENTAÇÃO**, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do **PLENÁRIO**, por unanimidade, por **NÃO CONHECIMENTO** com **COMUNICAÇÃO**, nos exatos termos do voto do Relator.

9 ATA Nº: 18

10 QUÓRUM:

Conselheiros presentes: José Maurício de Lima Nolasco, Marianna Montebello Willemann e Marcio Henrique Cruz Pacheco

Conselheiros-Substitutos presentes: Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerren

11 DATA DA SESSÃO: 5 de Junho de 2024

Marcio Henrique Cruz Pacheco

Relator

Rodrigo Melo do Nascimento

Presidente

Fui presente,

Henrique Cunha de Lima

Procurador-Geral de Contas

PROCESSO: TCE-RJ Nº 261.608-5/23

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ

NATUREZA: AGRAVO

INTERESSADO: 1ª CAP – COORD AUD ADMISSÃO E GESTÃO PESSOAL

OBSERVAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE CONTROLE DE PESSOAL EM FACE DE SUPOSTA IRREGULARIDADE IDENTIFICADA NO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2023, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ.

EMENTA. AGRAVO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE SUSPENDEU O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 51/2023. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO INTEMPESTIVO. COMUNICAÇÃO AO AGRAVANTE PARA CIÊNCIA DA DECISÃO.

Trata-se de Representação (peça 3) deflagrada pela Subsecretaria de Controle de Pessoal – SUB-Pessoal, com fundamento no art. 108, V, do Regimento desta Corte, com pedido de tutela provisória embasada no art. 149, do RITCERJ, a qual, subsidiada em instrução da laboriosa Coordenadoria de Auditoria em Admissão e Gestão de Pessoal - 1ª CAP, narra possível irregularidade concernente à terceirização prevista no Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2023, da Prefeitura Municipal de Tanguá, e que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, conservação, preparação de alimentos, copeiragem, vigilância, recepção, apoio administrativo e condução de veículos, em atendimento a diversas secretarias da Prefeitura de Tanguá. O valor estimado do certame é de R\$ 21.722.295,48, com prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, com data de realização prevista para o dia 24.11.23 (peça 4).

Em face da decisão plenária de 05.01.24 (peça 7), o Sr. Rodrigo da Costa Medeiros, Prefeito do Município de Tanguá, interpôs recurso de agravo, protocolizado no Doc. TCE-RJ nº 2.137-7/24 (peça 22). Vejamos:

DECIDO:

I. Pelo **CONHECIMENTO** desta Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade e legitimidade, nos termos dos artigos 108, V, e 109 e seus incisos do RITCERJ;

II. Pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA** pleiteada, determinando-se ao atual Prefeito do Município de Tanguá a **imediata suspensão** do Edital de Pregão Presencial SRP nº 51/2023, no estado em que se encontra, abstendo-se de praticar quaisquer atos tendentes a adjudicar o objeto, homologar o resultado **ou celebrar o contrato, ou caso já celebrado, que se abstenha de iniciar a sua execução ou realizar pagamentos até o julgamento de mérito deste processo**, sob pena de aplicação de multa inicial equivalente a **10.000 UFIR-RJ** em caso de descumprimento da medida determinada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais, inclusive caso venha a ser apurada irregularidade na contratação;

III. Pela **COMUNICAÇÃO**, com fulcro no art. 15, I, do RITCERJ, **preferencialmente por meio de Técnico de Notificações**, ao atual Prefeito do Município de Tanguá, para que, **no prazo de até 15 (quinze) dias**, a contar da ciência desta decisão, apresente os devidos esclarecimentos, em especial:

III.1. Comprove a suspensão do procedimento licitatório objeto do Pregão Presencial nº 51/2023;

III.2. Adote as medidas corretivas necessárias para que o Edital de Pregão Presencial SRP nº 51/2023 tenha por objeto apenas a contratação de mão de obra relacionada a atividades que não sejam inerentes a cargos efetivos existentes no quadro de pessoal do Município;

III.3 Adeque o Edital de Pregão Presencial 51/2023, no sentido de especificar, no Termo de Referência, as tarefas básicas que compõem os serviços licitados e de sua rotina de execução e das atribuições a serem desempenhadas por cada posto de trabalho objeto do procedimento licitatório;

III.4. Regularize o acesso à consulta ao Edital de Pregão Presencial SRP nº 51/2023 no *site* da municipalidade, de modo que possibilite o acompanhamento das etapas do certame e forneça a devida publicidade e transparência dispensadas aos procedimentos licitatórios;

III.5. Justifique a incidência da margem de segurança sobre o quantitativo dos postos de trabalho, uma vez que não encontra respaldo nas legislações que regem o tema e, ainda, implicou o aumento em cerca de 22,5% do valor estimado da contratação; e

III.6. Esclareça a utilização indevida do Sistema de Registro de Preços pelo município de Tanguá, uma vez que a contratação dos serviços não está revestida de imprevisibilidade, descaracterizando a adoção dessa modalidade.

IV. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular do Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tanguá, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de **responsabilidade solidária**, de acordo com o art. 53, IV, e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90; e

V. Pela **REMESSA** à Secretária-Geral de Controle Externo – SGE, para que, findo o prazo estipulado no **item III**, com ou sem resposta do Jurisdicionado, manifeste-se nos autos, nos termos em que entender cabíveis, com posterior remessa ao Ministério Público de Contas – MPC, retornando-se posteriormente os autos a este Gabinete. (grifos do autor).

Após exame, a Coordenadoria de Análise de Consultas e Recursos – CAR, manifesta-se pelo não conhecimento e comunicação, nos termos transcritos a seguir (peça 32):

Diante do exposto, sugere-se:

1. O NÃO CONHECIMENTO do recurso de agravo interposto pelo Sr. Rodrigo da Costa Medeiros, protocolizado sob o Documento TCE-RJ nº 002.137-7/2024, em razão da ausência do requisito de admissibilidade da tempestividade, mantendo-se a decisão monocrática de 05/01/2024, pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA**;

2. A COMUNICAÇÃO, com base no art. 15, I, do Regimento Interno, ao agravante, para que tome ciência da decisão.

O douto Ministério Público de Contas, representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Contas Henrique Cunha de Lima, manifesta-se no mesmo sentido, por meio do parecer datado de 11.03.24 (peça 34).

O presente processo foi distribuído a minha relatoria em razão do Agravo interposto, atendendo ao que dispõe o art. 166 do RITCERJ.

Eis o Relatório.

Ultrapassadas estas considerações iniciais, adentrarei no juízo de admissibilidade do Agravo em pauta, que consiste na verificação dos requisitos à luz do Regimento Interno desta Corte.

De plano, infiro que o Agravo é **cabível**, tendo em vista que foi interposto contra decisão proferida por este Tribunal em 05.01.24 (peça 7), que suspendeu o edital de pregão presencial SRP nº 51/2023.

Outrossim, verifico que o Agravante é **parte legítima** para que interpusesse o presente, considerando que foi alcançado pela referida decisão, razão pela qual incide, no caso em exame, o art. 172, III, do RITCERJ.

No que se refere à **tempestividade**, depreendo que assiste razão à CAR, que considerou o Agravo **intempestivo**, visto que foi interposto em 05.02.24, fora do prazo legal

de 5 (cinco) dias (peça 9), contados do recebimento do Ofício PRS/SSE/CGC nº 214/24¹, que se deu em 09.01.24.

Com efeito, diante do não preenchimento de seu requisito da tempestividade, entendo que o **Agravo não deve ser conhecido**, motivo pelo qual adoto integralmente as razões declinadas pela CAR em seu pronunciamento, nos termos da proposta instrutiva.

Diante do exposto, posiciono-me **DE ACORDO** com a ilustre Coordenadoria de Análise de Consultas e Recursos - CAR e com o parecer do douto Ministério Público de Contas. Diante disto,

VOTO:

I. Pelo **NÃO CONHECIMENTO** do Recurso de Agravo interposto pelo Sr. Rodrigo da Costa Medeiros, protocolizado sob o Doc. TCE-RJ nº 2.137-7/24, em razão da ausência do requisito de admissibilidade da tempestividade, mantendo-se a Decisão Monocrática de 05.01.24, pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA**;

II. Pela **COMUNICAÇÃO**, com base no art. 15, I, do RITCERJ, ao Agravante, para que tome ciência da decisão.

CONSELHEIRO MÁRCIO PACHECO

Documento assinado digitalmente

¹ Recibo de entrega em 09.01.24 (peça 14).